

CLIPPING IMPRESSO

08/03/2020

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
1.2. VARA DA MULHER.....	3 - 5
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DESEMBARGADOR.....	6 - 7
2.2. JUÍZES.....	8
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	9
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. JUÍZES.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. ASSESSORIA.....	11



p/ Elineusa Rodrigues
 Registro Profissional: 123
 (98) 98710-8347

Panorama


elineusamatos@gmail.com

elineusarodrigues4739

twitter: @elineusa7

Sucesso total o painel de debates sobre eleições promovido pela Câmara de Raposa

Foi revestido de pleno êxito o painel de debates promovido pela Câmara Municipal, na última sexta-feira (06), e que levou membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral a ministrarem palestras sobre as regras das eleições deste ano, a importância das ouvidorias e o combate às fake news.

O evento foi promovido e organizado pelo presidente da Câmara Beka Rodrigues e os palestrantes foram os desembargadores Bernardo Rodrigues, ex-presidente do TRE/MA e vice-presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Tyrone José Silva, vice-presidente e corregedor da Justiça Eleitoral e o juiz eleitoral Gustavo Vilas Boas, ouvidor do TER/MA.

"Essa é uma data histórica, porque estamos aqui com luminárias da Justiça, nos orientando, nos mostrando o caminho correto, o que devemos e o que não devemos fazer durante essa eleição", disse o vereador Beka Rodrigues. O plenário e as galerias estiveram lotados. Logo após o evento, Beka Rodrigues recepcionou aos magistrados e seus assessores com um almoço no Restaurante Capote. As fotos abaixo são de Cinaldo Oliveira.



A Mesa que conduziu os trabalhos durante o painel



Desembargador Bernardo Rodrigues durante sua explanação



Desembargador Tyrone José Silva durante sua palestra



Juiz Gustavo Vilas Boas quando de sua palestra



Presidente da Câmara Beka Rodrigues, em seu pronunciamento



Djalma Rodrigues e Udes Filho emoldurando Laurivan Uchoa e Jorge da Arlete



Plenário e galeria ficaram lotados



Participantes do painel durante almoço no Capote

No Maranhão, mulheres e Estado se unem pela luta da igualdade de direitos

PÁGINA 4



No Maranhão, mulheres e Estado se unem pela luta da igualdade de direitos



A entrega da Casa da Mulher em Imperatriz, prevista para os próximos dias, é uma nova contribuição para a luta das mulheres pela igualdade de direitos. A inauguração também faz parte das políticas públicas do Maranhão para combater a violência e o feminicídio.

Desde 2015, um conjunto de medidas tem sido colocado em prática nesse sentido. Não apenas em março – mês internacional da mulher – mas de forma permanente. O objetivo final é garantir aquilo que é previsto pela Constituição: a igualdade de direitos e oportunidades.

“Temos muitos desafios para consolidar uma gestão com a perspectiva da igualdade de gênero e raça nas administrações públicas brasileiras. Mas, com perseverança e atitude, podemos fazer a diferença”, diz a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça.

Um exemplo de atitude é a Casa da Mulher em São Luís. Desde que foi inaugurada, em 2017, já fez 55 mil atendimentos. São serviços especializados em combater e punir a violência contra mulheres. A unidade faz acolhimento e apoio psicossocial,

além de ter organismos de proteção como Juizado, Varas Especializadas, Defensoria Pública, Ministério Público e a Delegacia Especial da Mulher.

As mulheres são recebidas por uma equipe de profissionais em diversas áreas, que agilizam os encaminhamentos e dão início aos atendimentos prestados por outros serviços da casa.

De lá, por exemplo, saem medidas protetivas para garantir a segurança das mulheres. O espaço ainda tem brinquedoteca; alojamento temporário para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos; e serviço de saúde para casos de violência sexual.

Também são dados cursos e oficinas para as mulheres conseguirem autonomia econômica.

A diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena, conta que a unidade em São Luís é a mais bem estruturada do Brasil e tem atuado em todas as frentes para garantir que as mulheres vivam livre de violência.

“Nossa luta por direitos se dá todos os dias e em todas as frentes. Ainda temos um longo caminho a percorrer,

mas muito temos avançado com a sensibilidade da gestão maranhense que visibiliza nossas lutas e atua para garantir equidade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres”, afirma.

A Casa da Mulher em São Luís fica na avenida Professor Carlos Cunha, 572 (Jaracati), e funciona 24 horas por dia.

Patrulha Maria da Penha - O Maranhão também tem forças policiais exclusivamente para combater o feminicídio e outros crimes contra as mulheres. Entre eles, está a Patrulha Maria da Penha, criada em 2017 no Estado. Trata-se de um grupamento da Polícia Militar que faz atendimento nas casas das vítimas de violência doméstica ou sob medidas protetivas.

São dezenas de policiais alocados em São Luís, Imperatriz e Balsas. Desde o início, a Patrulha já fez mais de 15 mil rondas e visitas e atendeu 6 mil mulheres. Foram mais de 8 mil medidas protetivas cadastradas.

A Patrulha Maria da Penha recebeu prêmios nacionais no ano de 2018: vencedora do Selo FBSP – Fórum Brasileiro de Segu-

rança Pública – de Práticas Inovadoras no combate à violência contra as mulheres e finalista do Prêmio Viva, da Revista Marie Claire.

Para ter acesso ao atendimento da Patrulha Maria da Penha, as mulheres devem registrar boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher. Em São Luís, a delegacia fica na Casa da Mulher.

O Maranhão também tem o primeiro Departamento de Feminicídio do Brasil, criado há pouco mais de dois anos.

A unidade representou um avanço no esclarecimento dos casos de feminicídio.

Cheque Gestante

Mais de 11 mil mulheres já foram selecionadas pelo programa Cheque Gestante, que direciona recursos do ICMS de produtos da cesta básica para grávidas de baixa renda.

São R\$ 900, divididos em nove parcelas condicionadas ao comparecimento a consultas de pré-natal e após o nascimento da criança. O dinheiro é para ser usado na compra de alimentos.

Serão até 21 mil mulheres beneficiadas. É uma maneira de promover a saúde da mulher e do bebê.

Câmara de Raposa banca Desembargadores e Juízes para debaterem regras das eleições 2020

O plenário e a galeria da Câmara Municipal de Raposa ficaram pequenos para comportar centenas de pessoas que ali compareceram na manhã desta sexta-feira (06), para participarem do painel de debates custeado pela casa parlamentar, que discutiu temas como as regras das eleições deste ano, a importância das ouvidorias e o combate às fakes news. **PÁGINA 3**

Câmara de Raposa banca Desembargadores e Juízes para debaterem regras das eleições 2020

O plenário e a galeria da Câmara Municipal de Raposa ficaram pequenos para comportar centenas de pessoas que ali compareceram na manhã desta sexta-feira (06), para participarem do painel de debates custeado pela casa parlamentar, que discutiu temas como as regras das eleições deste ano, a importância das ouvidorias e o combate às fake news.

O evento teve como palestrantes os desembargadores Tyrone José Silva, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, José Bernardo Rodrigues, vice-presidente eleito do Tribunal de Justiça e ex-presidente da Justiça Eleitoral, além do juiz Gustavo Vilas Boas, membro do TRE/MA e ouvidor da Corte Eleitoral.

Os três magistrados fizeram uma ampla explanação sobre todos os temas relacionados às eleições, mostraram o que pode e o que não pode ser feito no pleito deste ano e terminaram destacando a importância do painel como propagador de conhecimentos para o eleitor e também para os candidatos a cargos eletivos.



Em seu pronunciamento, o presidente da Câmara, vereador Beka Rodrigues afirmou que o Legislativo, em todas as suas esferas, não poderia jamais se limitar à sua função constitucional de apenas legislar e fiscalizar o Executivo.

Para ele, o Legislativo tem o dever de ampliar suas ações, auxiliando o povo com informações como essa, cujo objetivo foi atingido através do painel.

Nilton Santos um dos moradores de Raposa que integrou com os palestrantes, afirmou que o evento, além

de pioneiro, foi de suma importância para aqueles que se interessaram por informações como a que foram repassadas pelos magistrados.

O jornalista Udes Filho parabenizou o presidente Beka pela realização e afirmou que a Câmara de Raposa está saindo na frente com essa iniciativa, que, sob a ótica dele foi de alta relevância.

Presente ao evento, a vereadora de São Luís, Fátima Araújo disse que o vereador Beka Rodrigues era alvo de louvor por conta de uma brilhante iniciativa como essa de promover um importante

e significativo evento.

Outro vereador de São Luís que esteve presente na Câmara de Raposa foi Marcial Lima. No entendimento dele, a Câmara de Raposa foi brilhante quando convidou magistrados do TRE para mostrar um direcionamento a respeito das eleições de outubro deste ano.

O advogado José Alencar afirmou que saiu de São Luís para acompanhar esse painel, logo que tomou conhecimento através da mídia. Destacou que a Câmara está de parabéns por conta de tão louvável movimento.

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade dos seus autores



MULHER NA POLÍTICA

*Osmar Gomes dos Santos

Somos seres essencialmente políticos. Aristóteles já fazia essa afirmação há milênios, a partir da reflexão sobre a sociabilidade, processo próprio das relações entre os humanos. Está em todos, indistintamente, visto que toda nossa forma de se relacionar com o próximo envolve articulação política, ou como dizemos em bom português: jogo de cintura.

O filósofo grego defendia que o homem era, por natureza, um animal político. Segundo ele, a inserção ao meio social acontece na família, que lhe garante sobrevivência, educação e proteção. Mas é quando este sai para a sociedade que sua realização se torna plena, uma vez que por meio de suas ações, no contato com o outro, tem a oportunidade de construir uma sociedade justa.

Nada mais verdadeiro, visto que usamos da retórica e da eloquência cotidianamente para defender pontos de vista, convencer, conquistar, construir relacionamentos e sobreviver como ser social. Tudo política em seu estado mais puro.

Mas quando se diz “homem”, naturalmente não falamos de gênero e sim do ser humano, animal bípede da ordem dos primatas e que pertence à espécie homo sapiens, portanto, carregado de racionalidade. Assim, é, naturalmente, um espaço também extensivo à mulher.

A política enquanto gestão da atividade estatal e político-partidária, no entanto, foi historicamente algo reservado aos homens. Em antigas sociedades, orientais ou ocidentais, a figura do homem, em regra, se sobrepôs ao da mulher no dever/direito de governar.

Mesmo no Brasil, nação vista como “jovem”, o modus operandi persistiu por séculos, com poucas mulheres figurando em papel de destaque político na sociedade.

A ruptura com o regime monárquico, no fim do século XIX trouxe novos ares para a administração estatal, mas a concepção de igualdade ficou apenas no idealismo de papel. A ascensão feminina na política ainda demoraria um pouco mais para ocorrer.

Por longos anos sequer puderam votar, quiçá ser escolhida na condição de representante do povo. Provavelmente reflexo de uma tradição patriarcal, que tinha no homem a figura central da família, logo da sociedade e da coisa pública.

Veio do Rio Grande do Norte a primeira mulher eleita para dirigir

um município. Luíza Soriano Teixeira fora escolhida em sufrágio no ano de 1928, em virtude de uma lei local que garantia à mulher o direito de se candidatar. A primeira congressista chegaria a uma cadeira apenas em 1934, Carlota Pereira de Queiroz, representando o Estado de São Paulo na então Constituinte.

Naquela época, um decreto presidencial de Getúlio Vargas assegurou a participação da mulher na política, mas, apesar de aparente consolidação de seu espaço, a mesma ainda enfrentava uma série de restrições. Se casadas, deveriam ter autorização expressa do marido; já as viúvas e solteiras tinham de comprovar renda própria. Somente com o Código Eleitoral de 1946 é que essas limitações deixaram de existir.

Desde então tivemos avanços significativos, com a mulher ocupando cada vez mais o protagonismo político. O Maranhão, por exemplo, tem lugar e destaque nesta trajetória, já que o Estado foi o primeiro da federação a ter, eleita pelo povo, uma governadora. Posteriormente a nação elegeu uma “presidenta”, posto maior possibilitado pelo sistema representativo.

O sufrágio universal já não é novidade, mas hoje é possível verificar normas que garantem a participação da mulher na política, a exemplo do percentual mínimo de candidatas por partido em cada novo pleito. Na mesma esteira está o regramento que assegura recursos do fundo partidário para que candidatas custeiem suas campanhas.

Diferentemente de um século atrás, vimos país afora centenas de mulheres buscando cada vez mais ocupar esse espaço.

A mulher buscou sua autoafirmação em todos os campos e na política não poderia ser diferente.

Este ano o Brasil terá novas eleições municipais. Para o povo, mais uma oportunidade de ouvir propostas e escolher aquelas que melhor representam a vontade de mudança. Para as mulheres, uma página em branco para que consolidem mais um capítulo de conquista e de afirmação à frente da coisa pública.

*Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Em Foco

Respeito à dignidade das mulheres



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que mais que uma simples data de comemorações, o Dia Internacional da Mulher – comemorado em 8 de março – é, na verdade, uma inegável oportunidade para uma profunda reflexão sobre a situação do segmento feminino na sociedade. “É longo o caminho das mulheres em busca de respeito à sua dignidade pessoal, social e profissional. A tradição de reservar uma data para exaltar os direitos das mulheres é centenária e tem o propósito de incentivar a luta contra as desigualdades consubstanciadas pelo gênero”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo. Ele disse que, mundialmente vinculado às reivindicações femininas por Justiça e igualdade social, o Dia Internacional da Mulher indica que é necessário continuar o trabalho buscando a concretização dos direitos já positivados, mas ainda não efetivados plenamente. “Com esse entendimento, conclamamos a todos a luta incessante para a construção de um mundo melhor, e de uma vida mais digna para todos, sem a violação dos direitos das mulheres”, ressaltou.

DROGAS – UM PROBLEMA SOCIAL

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Iha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras

Muito tenho ouvido falar sobre drogas. Muitos defendem a tese de que elas não constituem um problema de segurança, mas de saúde pública. Especialistas se reúnem em congressos, seminários e fóruns para afirmar que as drogas ultrapassaram barreiras e hoje preocupam diretamente a área sanitária, notadamente pública, mas entendo que a problemática seja bem maior.

É verdade que não se pode desconsiderar todas as consequências trazidas pelas drogas ao sistema de saúde, a exemplo dos cuidados psiquiátricos exigidos por usuários frequentes de substâncias psicoativas. No entanto, ousou discordar dos especialistas, ainda que parcialmente, para afirmar, como costumávamos dizer antigamente, que o “buraco é mais em baixo”. A droga, hoje, é um problema social.

Segundo informações do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer (INCA), somente em consequência do tabagismo, a título de exemplo, o Brasil perde cerca de R\$ 60 bi por ano, valor superior à soma dos recursos destinados a inúmeras políticas públicas, em áreas essenciais ao desenvolvimento da nação.

Do valor total, R\$ 39,4 bi são direcionados a despesas médicas, enquanto R\$ 17,5 bi estão relacionados com perda de produtividade. Entre as causas principais estão a incapacitação e até a morte prematura por doença relacionada ao tabaco. São mais de 130 mil óbitos por ano ligados ao tabagismo, direta ou indiretamente.

Pensando economicamente, o país perde competitividade. Noutra via, a

arrecadação de impostos gira em torno de um quarto dos valores perdidos pelo poder público, somente considerando o exemplo acima. Naturalmente a conta não fecha e recursos que seriam destinados a outras ações precisam ser redirecionados ao sistema de saúde. Assim como na saúde, essas cifras sobem ainda mais quando consideramos os mais diversos tipos de drogas e as mesmas como uma epidemia social, logo atingindo todos os setores da sociedade.

No tocante às drogas ditas ilícitas, dados recentes, divulgados em fevereiro de 2020, revelam que atualmente pelo menos 163 mil presos cumprem pena por tráfico de drogas. Se considerar um valor médio de R\$ 3 mil por mês para a manutenção de cada detento, o valor ultrapassa a casa dos R\$ 5,8 bi em um ano.

Afora o gasto com sistema prisional, a problemática exige mais investimento em repressão, ações de combate e prevenção, gastos com assistência judiciária, dentre outras medidas que impactam em despesas. E a conta que a sociedade tem que pagar é cada vez mais alta.

Toda cadeia da violência está, de alguma forma, sustentada pelas drogas ilícitas e o seu comércio ilegal. Crimes de tráfico, contra o patrimônio, acertos de contas, execuções, conflitos entre facções, corrupção ativa e passiva de agentes públicos. Os tentáculos vão muito além do que se pode imaginar e a cada dia reinventa novas formas de se multiplicar.

As drogas destroem laços fraternais, esfacelam famílias, transformam pessoas em viciados e dependentes contumazes, podendo progredir para criminosos. Nunca é demais lembrar que as drogas são as grandes financiadoras dos mais diversos tipos de violência.

Atropela-se e mata-se devido o excesso de álcool; comumente mulhe-

res são violentadas e até assassinadas por seus companheiros após ingestão de álcool; mata-se por disputas e acertos de contas envolvendo comércio de entorpecentes; rouba-se e mata-se para sustentar o vício.

Muitos desses crimes – embora sua classificação não tenha qualquer relação com as drogas, como no caso do tráfico – resultam no encarceramento. São crimes que têm na sua origem uma relação direta com as drogas, engrossando ainda mais os gastos prisionais, porém é um dado que fica mascarado em razão da estatística oficial não estabelecer esse paralelo.

Tomada como epidemia social, as drogas impactam de diversas formas em áreas vitais, como educação, segurança, turismo, geração de emprego e renda, saúde, dentre tantas outras. Até o simples lazer fica comprometido, uma vez que a violência tem gerado o fenômeno do encarceramento dos cidadãos, resultando na queda da autoestima e da qualidade de vida.

Por essa razão, as drogas, no Brasil, não podem ser vistas desconexas, apenas sob o prisma de uma ou outra pasta de governo. Em muitos casos, a exemplo da criminalidade, as drogas estão no epicentro da problemática, devastando cidades inteiras e causando um fenômeno que ao fim fragiliza as relações sociais.

A questão precisa ser tratada de forma séria, tendo como base uma política articulada de combate e prevenção às drogas, envolvendo todos os entes federados. Nessa esteira, torna-se imperativa a participação de toda sociedade. Neste ano de 2020, quando eleições municipais devem ter disputas acirradas para preenchimento dos cargos eletivos, seria de bom tom que candidatos incluíssem o assunto em sua agenda de debates. Afinal, está posto um dos maiores desafios para gestores de municípios, dos estados e da União.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



Instrumento de manipulação alienante

Diante de uma das maiores crises políticas já enfrentadas no país, a tarefa mais urgente, no momento, para nós, brasileiros, é repensar o Brasil, revendo, com serenidade, consciência, lucidez e — acima de tudo — com conhecimento, nossa experiência nacional. Esta é uma tarefa básica, fundamental. Temos de nos conhecer cada vez mais, em vez de ficar repetindo clichês falsificadores da nossa trajetória no tempo.

A crise política brasileira — que tem uma de suas raízes fincadas nos partidos políticos — é fortalecida pelas forças populistas que se convertem num rito vazio na hora da formulação e execução das políticas públicas. Elas corroem a representatividade e fragilizam a democracia, ao dizer uma coisa e fazer outra, num jogo cínico e manipulador.

Essas forças retrógradas impedem que viremos a página para entrarmos no capítulo inaugural de uma nova cultura política e de um novo sistema de poder, construindo um país diferente, coisa que não interessa àqueles que tiveram a oportunidade histórica de dar o pontapé inicial nessa partida e não o fizeram por incompetência, rasurando o mapa político da democracia.

O que se defende de maneira rápida, mas nem por isso irrelevante, é a necessidade de configuração de uma política com a cidadania se constituindo como tendência à autorrepresentação, aposentando os velhos expedientes surrados e apodrecidos.

A mudança até agora não foi concretamente sinalizada, mas há uma reivindicação adormecida, não extinta, que mais cedo ou mais tarde, promete subir acesa ao centro do palco político nacional, para nos levar a repensar a sociedade e reinventar o Brasil como Nação.

Não estamos realmente encarando, em toda a sua complexidade, a experiência nacional, com a história oficial substituindo mentiras antigas por mentiras novas. No quintal da política brasileira, as plantas crescem, mas não se sustentam. O agricultor remove as plantas e coloca novas mudas, mas o problema persiste, pois a terra não foi revolvida e o substrato continua comprometendo o pleno desenvolvimento da planta.

Vivemos uma crise política sem precedentes, que coloca em xeque todo o sistema político estabelecido. Nossos partidos se renderam à lógica do corporativismo. Eles não representam os interesses da sociedade e tão somente os seus próprios interesses.

A queixa não é apenas relativa à baixa qualidade da nossa atual representação política, que é, sobremaneira, enrustecedora, com o deficit democrático. Na verdade, nós não temos partidos políticos. Temos partidos eleitorais — e só. Muitos fatores parecem nos levar a um descolamento da realidade social, que culmina na falta de adesão da população aos programas partidários, uma vez que estes não procuram saída alguma para a crise nacional.

Os partidos não encarnam o interesse nacional e parecem querer tudo, menos pensar. O pensamento — principalmente, o pensamento livre, nada dogmático, nada subserviente a dogmas e princípios apriorísticos — virou uma espécie de maldição e é estigmatizado.

Nossas agremiações partidárias se acham infalíveis e nunca reconhecem os erros e nem os crimes gravíssimos que cometem contra a democracia e o

povo brasileiro. Pairam acima dos mortais e falam sobre coisas reais numa linguagem que ninguém entende, sem nenhum sinal de autocritica. Estão em total desconexão com a realidade, com as pessoas, mas, mesmo assim, superestimam o seu lugar, sua força, em detrimento de uma leitura clara do real histórico político brasileiro.

Chegamos ao grau absoluto da redundância política e não vamos sair disso se não rediscutirmos impiedosamente as idiotices que fizeram o país alcançar tão nítido e espetacular fracasso no campo político-democrático.

Os partidos políticos brasileiros só toleram a democracia na medida em que possam controlar o aparelho estatal e, a partir de então, fazer o que bem quiser com a sociedade. Jamais lutam pela democracia e criam uma fantasia bem distante da realidade. Eles olham a democracia como instrumento de manipulação alienante. Essa realidade aparece clara e escandalosamente na frente de nossas caras com a simbiose entre o público e o privado que reina soberanamente na política nacional. Exemplos extremos da promiscuidade entre o público e o privado não faltam no país.

Muita coisa aconteceu e vem acontecendo na história política do Brasil, O substrato político presente nos faz viver uma conjuntura de retrocessos, narrada no livro 'Raízes do Brasil', de autoria do jornalista, historiador e crítico literário, Sérgio Buarque de Holanda, que continua muito atual, fornecendo chaves de leitura para pensarmos sobre o vazio da política representativa que se vive no momento.

O contexto em que surge 'Raízes do Brasil' é a década de 1930. Desde lá, continua no ar a pergunta sobre o pacto político. No livro, Sérgio Buarque de Holanda chega a dizer que "a democracia no Brasil funcionou sempre como um lamentável mal-entendido". Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios.

Em um momento em que o Brasil passa por crises em distintas ordens — notadamente nos aspectos político, econômico e ético — a obra reveste-se de particular significado, propondo um outro olhar sobre nossa história, com uma interpretação original da emergência de novas estruturas políticas.

Por que continuamos a insistir nos erros que constituem esse mal-entendido apontado no "Raízes do Brasil", quando este aborda aspectos singulares, próprios da organização sociopolítica do país? Como pensar — e construir — outra democracia no Brasil?

Não temos como desdobrar o futuro porque não possuímos dom premonitório, mas podemos afirmar que o Brasil está encolhendo cada vez no campo democrático e, por isso mesmo, deve ser rigorosamente repensado, dando-se início ao processo de reafirmação da ideia sobre o que é democracia.

O simples fato de repensar o Brasil colocará em pauta a reapresentação da ideia democrática em condições novas. Isso pode até parecer um discurso velho, antiquado, mas diante do que estamos vendo é extremamente atual como muitos célebres conceitos de Sérgio Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil" sobre uma nova forma de fazer política no país.

Ou repensamos o Brasil de forma inovadora ou não haverá mais lugar para nós. Diante da incompatibilidade entre as doutrinas políticas e a realidade nacional, faz-se necessário organizar a desordem política no país.